

ESTATUTO DO COMITÊ ORGANIZADOR DOS JOGOS OLÍMPICOS RIO 2016

TÍTULO I DA ENTIDADE E DOS SEUS FINS

Capítulo Único Denominação, fins e sede (Código Civil, artigo 54, inciso I)

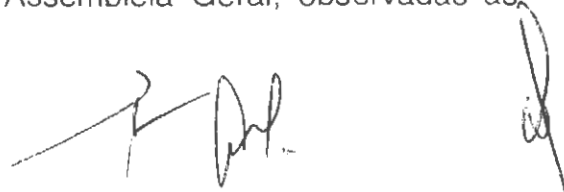
Artigo 1º: O Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos Rio 2016, doravante denominado simplesmente "Rio 2016", é uma associação civil de direito privado, com natureza desportiva, sem fins econômicos, organizado nos termos dos artigos 44, inciso I, 53 e ss., do Código Civil, com sede e foro na Avenida das Américas, nº 899, parte, nesta cidade, que se regerá pelos Artigos deste estatuto, observando-se, em tudo, os termos e condições dos instrumentos contratuais denominados *Host City Contract*, celebrado em 2 de outubro de 2.009 entre o Município do Rio de Janeiro e o Comitê Olímpico Brasileiro com o Comitê Olímpico Internacional e *Joint Marketing Program Agreement*, celebrado em 6 de fevereiro de 2.009, entre o Município do Rio de Janeiro, o Comitê Olímpico Brasileiro e o Comitê Olímpico Internacional, respeitadas, também, quando aplicáveis, as disposições estatutárias, regimentais e normativas do Comitê Olímpico Internacional, do Comitê Paraolímpico Internacional, da Agência Mundial de Controle de Dopagem, denominada *World Antidoping Agency*, do Comitê Olímpico Brasileiro e sempre com estrita observância à legislação brasileira e à Carta Olímpica, com completa independência e autonomia, livre de qualquer influência política, religiosa, racial ou econômica e da ingerência ou interferência estatal, nos exatos termos do artigo 5º, incisos XVII e XVIII, da Constituição Federal.

parágrafo primeiro: o Rio 2016 atuará de modo a garantir máxima eficiência, em busca da realização de seu objetivo, previsto no Artigo 2º., usufruindo, plenamente, dos benefícios do estabelecido no contrato denominado *Host City Contract*, mencionado no *caput* deste Artigo e, sempre, assegurada a estrutura tributária mais favorável possível.

parágrafo segundo: o patrimônio do Rio 2016, formado pelos bens, direitos, serviços, rendas e receitas, indicados no Artigo 16, é representado por uma única cota de sua emissão, com o valor nominal de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

parágrafo terceiro: o Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos 2016 deverá utilizar a sigla Rio 2016 para identificação geral de suas atividades.

Artigo 2º: O Rio 2016 terá prazo certo de duração, começando sua existência legal, nos termos do artigo 45, do Código Civil, na data do arquivamento de seus atos constitutivos no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas da cidade do Rio de Janeiro, com término no dia 31 de dezembro de 2.023, admitida a modificação desse prazo, por decisão da Assembleia Geral, observadas as regras do estatuto social.

Handwritten signatures in black ink, appearing to be official approvals or signatures of the organizing committee members.

Artigo 3º: Ao Rio 2016 compete:

- a. promover, organizar e realizar, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, no Distrito Federal, bem como nas Cidades de São Paulo, Belo Horizonte e Salvador, nos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Bahia, respectivamente, os Jogos Olímpicos, no período compreendido entre o dia 5 de agosto e o dia 21 de agosto de 2.016, e na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, os Jogos Paraolímpicos, no período compreendido entre o dia 7 de setembro e o dia 18 de setembro de 2.016, cumprindo o disposto nos instrumentos contratuais denominados *Host City Contract* e *Joint Marketing Program Agreement*, referidos no Artigo 1º, na Carta Olímpica, respeitadas, também, quando aplicáveis, as disposições estatutárias, regimentais e normativas, do Comitê Olímpico Internacional, do Comitê Paraolímpico Internacional, da *World Antidoping Agency*, e o disposto no estatuto do Comitê Olímpico Brasileiro;
- b. promover, organizar e realizar, em qualquer cidade do território brasileiro, eventos esportivos com a participação de atletas brasileiros e / ou estrangeiros ou outros de qualquer natureza, inclusive eventos testes e preparatórios para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2.016;
- c. promover, organizar e realizar, em qualquer cidade do território brasileiro, no período que anteceder aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2.016, eventos de qualquer natureza, desportivos ou não, cujos direitos serão comercializados de forma independente, respeitados os direitos de terceiros, contratados com o Comitê Olímpico Internacional e / ou com o Rio 2016, incluído, mas não limitado, o revezamento da Tocha Olímpica, Programa Cultural, eventos testes e preparatórios, relacionados aos mesmos Jogos;
- d. relacionar-se com os órgãos da administração pública federal, estadual e / ou municipal, sociedades de economia mista, empresas públicas e / ou autarquias, entidades privadas e pessoas físicas;
- e. contratar com as pessoas referidas na letra d, acima, e / ou com quaisquer outras, a realização de obras, a prestação de serviços e a aquisição de bens de toda natureza, móveis e imóveis, bem como o repasse de recursos, mediante celebração dos respectivos convênios e contratos;
- f. licenciar, dentro do território brasileiro, a utilização das marcas de sua titularidade, registradas nos organismos nacionais competentes e / ou marcas cuja titularidade lhe for cedida e / ou quaisquer outros direitos dos quais seja, por qualquer forma, titular, de modo a gerar as receitas indicadas no Artigo 13;
- g. praticar, enfim, todos os atos que se façam necessários, de modo a auferir as receitas discriminadas no Artigo 13 e, assim, cumprir o seu objetivo social.



parágrafo único: as competições de futebol, masculino e feminino, dos Jogos Olímpicos de 2.016, serão promovidas e organizadas também pelo Rio 2016, no Distrito Federal e nas cidades de São Paulo, Belo Horizonte e Salvador, nos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Bahia, respectivamente.

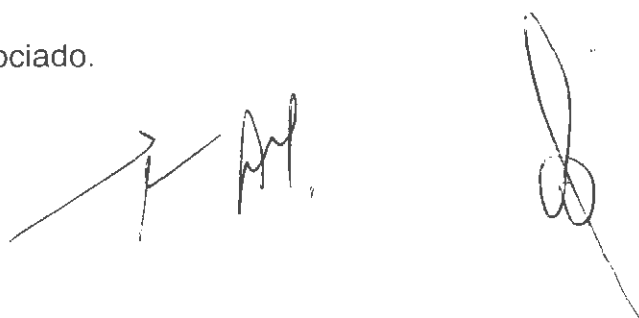
TÍTULO II DA COMPOSIÇÃO

Capítulo I Admissão e exclusão de associados (Código Civil, artigo 54, inciso II)

Artigo 4º: O Rio 2016 poderá ter como associados, além do Comitê Olímpico Brasileiro e do Comitê Paraolímpico Brasileiro, as Confederações Brasileiras Dirigentes dos Esportes Olímpicos, desde que suas respectivas modalidades estejam incluídas no programa dos Jogos Olímpicos de 2.016 e filiadas ao Comitê Olímpico Brasileiro, as quais estejam, também, filiadas às respectivas Federações Internacionais e desde que as ditas entidades nacionais manifestem expressa intenção de associação.

Artigo 5º: A exclusão dos associados, nos termos de que dispõe o artigo 57, do Código Civil, só será admissível havendo justa causa, assegurado o direito de defesa e de recurso, e nas hipóteses a seguir:

- a. infração ou descumprimento de quaisquer das cláusulas e condições do estatuto social, dos contratos aludidos no Artigo 1º, da Carta Olímpica ou das normas estatutárias, regimentais e normativas das entidades mencionadas no mesmo Artigo 1º, pela infração das leis e regulamentos aplicáveis às atividades do Rio 2016 e ao desporto em geral, nos termos da legislação brasileira;
- b. desfiliação, suspensão, ainda que temporária, ou descredenciamento dos quadros do Comitê Olímpico Brasileiro e / ou em virtude de dissolução, liquidação ou extinção;
- c. desfiliação, suspensão, ainda que temporária, ou descredenciamento dos quadros da respectiva Federação Internacional a que estiver vinculado o associado, ou pela dissolução, liquidação ou extinção da mesma Federação Internacional correspondente;
- d. desfiliação, suspensão, ainda que temporária, ou descredenciamento pelo Comitê Olímpico Internacional, da respectiva Federação Internacional a que estiver vinculado o associado;
- e. se a modalidade esportiva administrada pelo associado deixar de integrar o programa dos Jogos Olímpicos de 2.016;
- f. decisão voluntária e unilateral do associado.



Artigo 6º: A admissão de novos associados ou a exclusão do associado dos quadros do Rio 2016 dependerá da decisão de, pelo menos, dois terços dos associados, reunidos em Assembleia Geral, convocada para um desses fins específicos.

parágrafo único: a admissão ou exclusão do associado obedecerá ao procedimento abaixo:

- a. a proposta de admissão, devidamente justificada e em consonância com as regras desse estatuto, será apresentada pelo interessado ao Presidente do Rio 2016 e por esse submetida à deliberação da Assembleia Geral, no prazo máximo de trinta dias após seu recebimento;
- b. a exclusão do associado será precedida de notificação a este enviada pelo Presidente do Rio 2016, com os motivos que justificam a exclusão e a devida fundamentação, de modo que o associado apresente, ao mesmo Presidente, no prazo de cinco dias, por escrito, a sua defesa; em seguida, no prazo máximo de trinta dias, o Presidente convocará a Assembleia Geral para que, em ordem do dia de item único, os associados examinem e deliberem sobre a exclusão do associado, sem que a este assista o direito de voto, observando-se as regras deste estatuto e do artigo 57, do Código Civil;
- c. é assegurado o direito de recurso, tanto do associado como do Rio 2016, ao Tribunal Arbitral para o Esporte, denominado *Court of Arbitration for Sport*, estabelecido na cidade de Lausanne, Suíça, observando-se, nessa hipótese, o que dispõem os Artigos 53, 54 e 55.

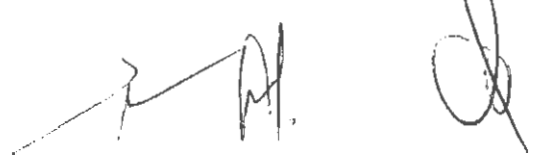
Capítulo II

Direitos e deveres dos associados **(Código Civil, artigo 54, inciso III)**


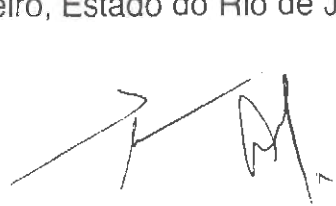
Artigo 7º: Os associados do Rio 2016, como disposto no artigo 55, do Código Civil, possuem direitos iguais, salvo pela vantagem especial conferida ao associado Comitê Olímpico Brasileiro, com fundamento no mesmo artigo 55, *in fine*, do Código Civil e na forma do estabelecido no Artigo 12.

parágrafo único: os associados do Rio 2016 são os seguintes:

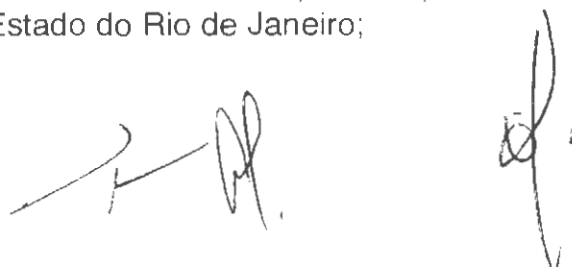
- a. Comitê Olímpico Brasileiro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 34.117.366 / 0001-67, com sede na Avenida das Américas, nº 899, cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro;
- b. Comitê Paraolímpico Brasileiro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 00.700.114 / 0001-44, com sede na SBN Quadra 2, Lote 12, Centro Empresarial Vila Capital, 14º andar, cidade de Brasília, Distrito Federal;
- c. Confederação Brasileira de Atletismo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 29.983.798 / 0001-10, com sede na Rua Rio Purus, nº 103, Conjunto Vieira Alves, cidade de Manaus, Estado do Amazonas;



- d. Confederação Brasileira de Badminton, inscrita no CNPJ / MF sob o nº 00.316.292 / 0001-76, com sede na Rua Jasmin, nº 850, aptº 42, cidade de Campinas, Estado de São Paulo;
- e. Confederação Brasileira de Basketball, inscrita no CNPJ / MF sob o nº 34.265.884 / 0001-28, com sede na Avenida Rio Branco, nº 245, 16º andar, cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro;
- f. Confederação Brasileira de Boxe, inscrita no CNPJ / MF sob o nº 33.836.065 / 0001-20, com sede na Rua Abílio Soares, nº 1.300, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo;
- g. Confederação Brasileira de Canoagem, inscrita no CNPJ / MF sob o nº 92.893.155 / 0001-12, com sede na Rua Mariano Torres, nº 151, conjunto 01, sala 1, cidade de Curitiba, Estado do Paraná;
- h. Confederação Brasileira de Ciclismo, inscrita no CNPJ / MF sob o nº 51.936.706/0001-09, com sede na Avenida Maringá, nº 627, sala 501, 5º andar, na cidade de Londrina, Estado do Paraná;
- i. Confederação Brasileira de Desportos Aquáticos, inscrita no CNPJ / MF sob o nº 29.980.273 / 0001-21, com sede na Rua Professor Eurico Rabelo, s / nº, p. 18, Parque Aquático Julio DeLamare, Complexo Esportivo do Maracanã, cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro;
- j. Confederação Brasileira de Esgrima, inscrita no CNPJ / MF sob o nº 42.178.699 / 0001-24, com sede na Rua Buenos Aires, nº 93, sala 708-709, cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro;
- k. Confederação Brasileira de Ginástica, inscrita no CNPJ / MF sob o nº 37.160.348 / 0001-56, com sede na Avenida Edésio Vieira de Mello, nº 419, cidade de Aracaju, Estado de Sergipe;
- l. Confederação Brasileira de Golfe, inscrita no CNPJ / MF sob o nº 30.280.382 / 0001-15, com sede na Rua Paes de Araújo, nº 29, Conjunto 42, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo;
- m. Confederação Brasileira de Handebol, inscrita no CNPJ / MF sob o nº 51.739.050 / 0001-26, com sede na Rua Monsenhor Silveira, nº 171, cidade de Aracaju, Estado de Sergipe;
- n. Confederação Brasileira de Hipismo, inscrita no CNPJ / MF sob o nº 34.095.935 / 0001-10, com sede na Rua Sete de Setembro, nº 81, salas 301-304, cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro;
- o. Confederação Brasileira de Hóquei sobre a Grama e Indoor, inscrita no CNPJ / MF sob o nº 04.854.197 / 0001-87, com sede na Rua Buenos Aires, nº 93, sala 1.210, cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro;



- p. Confederação Brasileira de Judô, inscrita no CNPJ / MF sob o nº 42.136.804 / 0001-62, com sede na Avenida Vinte de Janeiro, s / nº, 3º piso, Setor Vermelho, cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro;
- q. Confederação Brasileira de Levantamento de Peso, inscrita no CNPJ / MF sob o nº 51.772.903 / 0001-21, com sede na Praça Saens Peña, nº 55, sala 904, cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro;
- r. Confederação Brasileira de Lutas Associadas, inscrita no CNPJ / MF sob o nº 04.428.657 / 0001-05, com sede na Rua Pereira da Siqueira, nº 45, cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro;
- s. Confederação Brasileira de Pentatlo Moderno, inscrita no CNPJ / MF sob o nº 04.892.274 / 0001-93, com sede na Rua Buenos Aires, nº 93, sala 509, cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro;
- t. Confederação Brasileira de Remo, inscrita no CNPJ / MF sob o nº 30.276.570 / 0001-70, com sede na Avenida Borges de Medeiros, nº 1.424, cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro;
- u. Confederação Brasileira de Rugby, inscrita no CNPJ / MF sob o nº 50.380.658 / 0001-44, com sede na Rua Dona Germaine Burchard, nº 451, Prédio das Federações, 2º andar, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo;
- v. Confederação Brasileira de Taekwondo, inscrita no CNPJ / MF sob o nº 31.601.552 / 0001-89, com sede na Rua Buenos Aires, nº 93, sala 1.201, cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro;
- w. Confederação Brasileira de Tênis, inscrita no CNPJ / MF sob o nº 33.909.482 / 0001-56, com sede na Rua Nhu-Guaçu, nº 44, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo;
- x. Confederação Brasileira de Tênis de Mesa, inscrita no CNPJ / MF sob o nº 30.482.319/0001-61, com sede na Rua Henrique de Novaes, nº 190, cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro;
- y. Confederação Brasileira de Tiro Esportivo, inscrita no CNPJ / MF sob o nº 34.098.244 / 0001-70, com sede na Rua Miguel Couto, nº 105, sala 922, cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro;
- z. Confederação Brasileira de Triathlon, inscrita no CNPJ / MF sob o nº 40.738.924 / 0001-04, com sede na Rua Castelo Branco, nº 2.111, cidade de Vila Velha, Estado do Espírito Santo;
- aa. Confederação Brasileira de Vela e Motor, inscrita no CNPJ / MF sob o nº 34.169.060 / 0001-54, com sede na Avenida das Américas, nº 500, bloco 20, sala 310, cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro;

The image shows two handwritten signatures in black ink. The signature on the left is more complex, with several loops and a long horizontal stroke extending to the right. The signature on the right is simpler, consisting of a few vertical and curved strokes.

bb. Confederação Brasileira de Voleibol, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 34.046.722 / 0001-07, com sede na Avenida das Américas, nº 700, bloco 7, cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro;

Artigo 8º: Os associados deverão comunicar ao Rio 2016 qualquer alteração em seus estatutos sociais, bem como remeter, aos cuidados da Diretoria, cópia certificada dos avisos de convocação das assembleias gerais, ordinárias e extraordinárias, e das respectivas atas, no prazo máximo de quinze dias da realização de cada um desses atos.

Artigo 9º: Os associados do Rio 2016 participarão das Assembleias Gerais com direito a um único voto e poderão, ainda, apresentar propostas à Diretoria.

Artigo 10: Os associados têm o dever de respeitar as disposições do estatuto social, as deliberações da Diretoria e as regras dos eventos promovidos pelo Rio 2016, colaborando para que os objetivos deste sejam atingidos.

Artigo 11: Os associados, na forma do artigo 46, inciso V, do Código Civil, não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais.

Artigo 12: O associado Comitê Olímpico Brasileiro, com fundamento no artigo 55, do Código Civil, e em função do que dispõem as cláusulas e condições do contrato denominado *Host City Contract*, referido no Artigo 1º, bem como em função do que prevê a Carta Olímpica, as disposições estatutárias, regimentais e normativas do Comitê Olímpico Internacional e do Comitê Olímpico Brasileiro, terá a vantagem especial a seguir indicada:

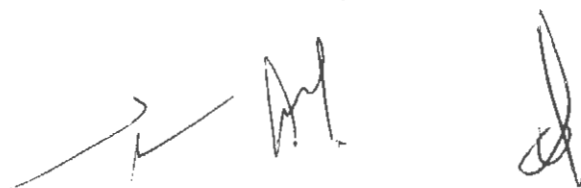
a. o patrimônio do Rio 2016, formado pelos bens, direitos e recursos indicados no Artigo 16, representado por uma única cota, como estabelecido no parágrafo primeiro, do Artigo 1º, pertencerá ao associado Comitê Olímpico Brasileiro e a sua transferência a terceiros, de forma total ou fracionada, como previsto no parágrafo único, do artigo 56, do Código Civil, não implicará na atribuição da qualidade de associado ao adquirente, gerando, tão somente, os efeitos específicos e referidos no mesmo artigo 56.

TÍTULO III FONTES DE RECURSOS (Código Civil, artigo 54, inciso IV)

Capítulo I Receita

Artigo 13: A receita compreenderá:

a. recursos repassados pela administração pública federal, estadual ou municipal, suas sociedades de economia mista, empresas públicas ou autarquias, secretarias e quaisquer outros órgãos administrativos, mediante os respectivos convênios ou outros instrumentos contratuais apropriados;



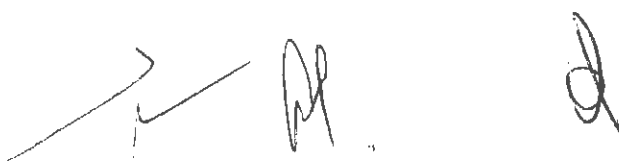
- b. a receita proveniente da venda de ingressos para eventos esportivos ou de qualquer outra natureza;
- c. as rendas auferidas com a aplicação de recursos financeiros;
- d. as receitas auferidas com a cessão de direitos sobre bens de qualquer natureza, o licenciamento de marcas e as rendas provenientes de patrocínio, promoções, subvenções e doações;
- e. uma parte das receitas líquidas decorrentes do programa internacional de marketing olímpico, a ser quantificada pelo Comitê Olímpico Internacional, à sua exclusiva discricionariedade, nos termos da cláusula 13, letra v, do contrato denominado *Host City Contract*, referido no Artigo 1º;
- f. os repasses de recursos por parte do Comitê Olímpico Internacional, como previsto na cláusula 14, do contrato denominado *Host City Contract*, mencionado no Artigo 1º;
- g. as receitas provenientes de operações de crédito, inclusive mútuo em dinheiro, da prestação de serviços de qualquer natureza, alugueres, venda de produtos, ou bens de qualquer natureza.

Artigo 14: A despesa compreenderá:

- a. o custeio das atividades e encargos diversos relacionados à promoção, à organização, à realização e à operação dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, assim como dos eventos, esportivos ou não, cuja direção geral ou responsabilidade sejam atribuições do Rio 2016, na forma do estatuto, ou em conformidade com os estatutos e regulamentos do Comitê Olímpico Internacional e do Comitê Paraolímpico Internacional, da proposta apresentada a esses mesmos Comitês no “Dossiê de Candidatura do Rio de Janeiro” e possíveis alterações aconselhadas por essas Entidades;
- b. as obrigações de pagamento que se tornarem exigíveis em consequência de decisões judiciais, contratos e operações de crédito;
- c. os encargos pecuniários de caráter extraordinário não previstos no orçamento, devidos a créditos adicionais abertos por determinação da Diretoria;
- d. outros gastos e investimentos.

Capítulo II **Exercício Financeiro**

Artigo 15: O exercício financeiro coincidirá com o ano civil e compreenderá, fundamentalmente, a execução do orçamento.



parágrafo único: o orçamento será uno e incluirá todas as receitas e despesas sujeitas a rubricas e dotações devidamente especificadas e obedecerá as regras e diretrizes do Manual Técnico de Finanças, anexo do contrato denominado *Host City Contract*, referido no Artigo 1º.

Capítulo III Patrimônio

Artigo 16: O patrimônio do Rio 2016 compreende:

- a. os serviços prestados pelo Rio 2016, na forma do estatuto;
- b. os bens, móveis e imóveis, inclusive equipamentos de uso nas instalações sociais, equipamentos esportivos, os bens e direitos de qualquer natureza de propriedade do Rio 2016, as rendas auferidas sob qualquer forma, os recursos recebidos por via de doações ou repasses, de entidades públicas ou privadas, órgãos da administração pública federal, estadual ou municipal, sociedades de economia mista, empresas públicas ou autarquias ou aquelas auferidas ou obtidas em decorrência de aplicações financeiras ou alienação de bens pertencentes ao Rio 2016, antes referidos no Artigo 13.

Capítulo IV Normas de Administração Financeira

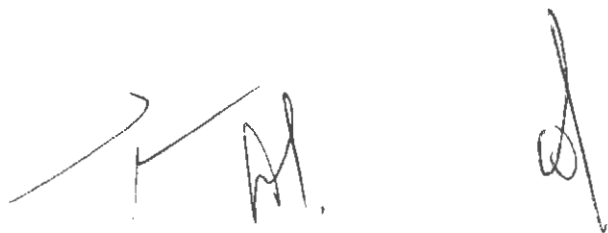
Artigo 17: Os elementos constitutivos da ordem econômica, financeira e orçamentária serão escriturados, observadas as disposições da legislação específica, e deverão ser aprovados, previamente, pelo Comitê Olímpico Internacional, nos termos do estabelecido na cláusula 44, do contrato denominado *Host City Contract*, referido no Artigo 1º.

parágrafo primeiro: os serviços de contabilidade serão executados em condições que permitam o conhecimento imediato da posição das contas relativas ao patrimônio, às finanças e à execução do orçamento.

parágrafo segundo: todas as receitas e despesas estão sujeitas à comprovação de recolhimento ou pagamento e à demonstração dos respectivos saldos.

parágrafo terceiro: o balanço geral de cada exercício, acompanhado da demonstração da receita e da despesa, discriminará os resultados das contas patrimoniais e financeiras e será comprovado por auditoria independente e disponibilizado no sítio eletrônico do Rio 2016.

Artigo 18: A proposta orçamentária, depois de aprovada pelo Conselho Fiscal, converter-se-á em orçamento definitivo e, no caso de não aprovação, deverá ser levada ao exame e deliberação da Assembleia Geral, na forma do disposto no Artigo 27, letra g.



TÍTULO IV ADMINISTRAÇÃO

Capítulo I

Modo de constituição e de funcionamento dos órgãos deliberativos (Código Civil, artigo 54, inciso V)

Artigo 19: Os órgãos deliberativos do Rio 2016 são os seguintes:

- a. Assembleia Geral;
- b. Diretoria;
- c. Conselho Executivo;
- d. Conselho Fiscal.

parágrafo único: o Rio 2016 terá um Conselho de Honra, constituído na forma do disposto nos Artigos 46 e ss., sem qualquer função deliberativa, mas unicamente honorária.

Capítulo II Assembleia Geral

Artigo 20: A Assembleia Geral é constituída pela totalidade dos associados, representados por seus presidentes ou substitutos legais, nos termos dos respectivos estatutos, sendo vedada a participação de procuradores que não integrem um dos órgãos da administração, com poderes deliberativos, do associado, ainda que investido de poderes bastantes.

parágrafo único: o procurador indicado pelo associado para participar das reuniões da Assembleia Geral, desde que integrante de um de seus órgãos de administração com poderes deliberativos, deverá ser regular e validamente investido de poderes bastantes, habilitado para participar da assembleia, devendo o mandato ser conferido por instrumento público, com expressa referência às matérias constantes da ordem do dia, de modo a que o procurador exerça o direito de votar e ser votado e decidir sobre todas as questões colocadas para discussão e decisão da assembleia.

Artigo 21: A Assembleia Geral ordinária será convocada, presidida e dirigida pelo Presidente do Rio 2016 ou por seu substituto legal.

Artigo 22: A Assembleia Geral será convocada mediante comunicação escrita aos associados, com antecedência mínima de cinco dias, com menção expressa das matérias referidas na ordem do dia, a serem objeto de deliberação, cabendo a cada associado um voto, independentemente de ser a entidade desportiva responsável por mais de um esporte olímpico.

parágrafo único: nas hipóteses em que se faça necessário deliberar e decidir sobre matérias urgentes, a Assembleia Geral será convocada com



antecedência mínima de quarenta e oito horas, respeitado o disposto no *caput* deste Artigo, admitindo-se, em tais situações, que as matérias constantes da ordem do dia sejam decididas pela Diretoria do Rio 2016 *ad referendum* da Assembleia Geral que, reunida, poderá sancionar as citadas decisões, emendá-las ou rejeitá-las.

Artigo 23: A Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença da maioria absoluta de seus membros e, em segunda convocação, trinta minutos depois com, pelo menos, um terço de seus membros.

Artigo 24: A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por ano, até o dia 30 de abril, para conhecer e deliberar sobre o relatório do Presidente e julgar as contas do exercício anterior, acompanhadas do balanço financeiro e patrimonial, instruído com parecer do Conselho Fiscal e, ainda, decidir sobre qualquer matéria incluída na ordem do dia.

Artigo 25: A Assembleia Geral reunir-se-á extraordinariamente:

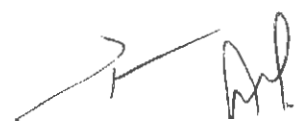
- a. por convocação do Presidente do Rio 2016, nos termos deste estatuto;
- b. por requerimento escrito e fundamentado do Conselho Fiscal, entregue ao Presidente do Rio 2016 para as providências de convocação;
- c. na forma do artigo 60, do Código Civil, por requerimento escrito e fundamentado, subscrito por, no mínimo, um quinto dos associados.

Artigo 26: As decisões da Assembleia Geral serão tomadas pela maioria simples dos votos dos associados presentes, exceto as hipóteses de *quorum* especial previstas neste estatuto ou na lei.

parágrafo único: caberá ao Presidente do Rio 2016 proferir o voto de desempate, sem prejuízo do voto que houver proferido como representante do Comitê Olímpico Brasileiro.

Artigo 27: Compete privativamente à Assembleia Geral:

- a. reformar o estatuto social, por proposta do Conselho Executivo ou da Diretoria do Rio 2016;
- b. examinar e deliberar sobre qualquer matéria, a pedido do Presidente, da Diretoria ou do Conselho Executivo do Rio 2016, quando inexistente expressa disposição neste estatuto;
- c. decidir sobre admissão e exclusão de associados;
- d. empossar os integrantes dos órgãos deliberativos, em obediência e respeitado o disposto no contrato denominado *Host City Contract*, referido no Artigo 1º e o previsto nos Artigos 28 e 37;
- e. eleger e empossar os membros, efetivos e suplentes, do Conselho Fiscal;




- f. examinar e deliberar, autorizando ou não, proposta da Diretoria do Rio 2016 para aquisição ou alienação de bens imóveis, assim como a constituição de direitos reais de garantia, previstos nos artigos 1.419 e ss., do Código Civil;
- g. examinar e deliberar, na hipótese dos Artigos 18 e 29, letra a, sobre o orçamento anual do Rio 2016;
- h. julgar as contas de cada exercício, acompanhadas do balanço financeiro e patrimonial, instruído com parecer do Conselho Fiscal;
- i. deliberar sobre a transformação do tipo societário, cisão, fusão e / ou incorporação do Rio 2016;
- j. deliberar sobre o prazo de duração do Rio 2016, como estabelecido nos parágrafos do Artigo 51;
- k. elaborar e aprovar seu regimento interno.

Capítulo III
Diretoria
(Presidente, Primeiro Vice-Presidente e quatro Vice-Presidentes)

Artigo 28: A Diretoria é o órgão de administração e representação do Rio 2016 e será composta, observando-se as disposições deste Capítulo III e do contrato denominado *Host City Contract*, por um Presidente, um Primeiro Vice-Presidente e quatro Vice-Presidentes, todos com mandato único, pelo prazo de duração da associação, previsto no Artigo 2º, indicados de acordo com as regras previstas neste Capítulo.

parágrafo primeiro: a Presidência do Rio 2016, nos termos do disposto na cláusula 2, do contrato denominado *Host City Contract*, mencionado no Artigo 1º, será exercida pelo Dr. Carlos Arthur Nuzman, atual Presidente do Comitê Olímpico Brasileiro.

parágrafo segundo: o cargo de Primeiro Vice-Presidente e três dos cargos de Vice-Presidente serão ocupados por pessoas indicadas pelo Conselho Executivo do Comitê Olímpico Brasileiro.

parágrafo terceiro: o outro cargo de Vice-Presidente do Rio 2016, nos termos do disposto na cláusula 2, do mesmo contrato denominado *Host City Contract*, mencionado no Artigo 1º, será ocupado pelo Secretário Geral do Comitê Olímpico Brasileiro, ou por representante indicado, em substituição, pelo Conselho Executivo do Comitê Olímpico Brasileiro.

parágrafo quarto: sem prejuízo do disposto no parágrafo primeiro, *in fine*, deste Artigo, o Presidente, no caso de impedimento definitivo ou temporário, desde que esta temporariedade seja por período superior a cento e oitenta dias, será substituído pelo Vice-Presidente do Comitê Olímpico Brasileiro ou por aquele




administrador que esteja no exercício da Presidência daquela Entidade, de acordo com as respectivas regras estatutárias.

parágrafo quinto: não mais existentes os motivos que justificaram ou deram causa ao impedimento temporário, o Presidente será reinvestido em suas funções.

parágrafo sexto: o Primeiro Vice-Presidente e os Vice-Presidentes poderão, a qualquer tempo, ser substituídos por decisão do mesmo Conselho Executivo do Comitê Olímpico Brasileiro.

Artigo 29: Compete à Diretoria:

- a. submeter à aprovação do Conselho Fiscal, até o dia 31 de dezembro de cada ano, o orçamento para o exercício seguinte, bem como os pedidos de créditos orçamentários, os quais, se não aprovados, serão submetidos ao exame da Assembleia Geral, convocada como previsto no Artigo 27, letra g;
- b. autorizar despesas, aquisição de bens móveis e contratação de serviços, bem como autorizar a aplicação das quantias em dinheiro pertencentes ao Rio 2016, determinando a forma de investimento e selecionando as instituições financeiras;
- c. definir e autorizar os termos e condições para geração das receitas estabelecidas no Artigo 13, inclusive no que se refere ao licenciamento dos bens, direitos, logos e mascotes, pertencentes ou cedidos ao Rio 2016;
- d. elaborar o plano de cargos e salários, organizar e definir as respectivas funções, fixando e delegando competências, inclusive criando cargos de gerenciamento e direção, em documento escrito que deverá constar dos arquivos do Rio 2016;
- e. apresentar à Assembleia Geral a proposta de aquisição ou de alienação de imóveis ou de constituição de direitos reais de garantia;
- f. na forma do disposto no Artigo 48, estabelecer as regras para organização dos Jogos Paraolímpicos e indicar as providências necessárias para a operação do evento;
- g. propor à Assembleia Geral a reforma, total ou parcial, do estatuto;
- h. escolher e indicar os integrantes do Conselho de Honra;
- i. examinar e deliberar sobre a proposta do Presidente relativa à aplicação do percentual em Reais equivalente a sessenta por cento da eventual sobra de recursos financeiros, consoante o disposto no parágrafo segundo, do Artigo 52.

The image shows two handwritten signatures in black ink. The signature on the left is more stylized and elongated, while the one on the right is more compact and appears to be a first name or a shorter signature.

Artigo 30: A Diretoria reunir-se-á ao menos uma vez a cada trinta dias ou sempre que necessário, de modo a observar os interesses sociais, com a presença mínima de, ao menos, três de seus componentes, sendo indispensável, para validade de suas deliberações, a presença do Presidente ou de seu substituto, como previsto no Artigo 35.

Artigo 31: A convocação para reuniões de Diretoria será feita pelo Presidente, por via de correspondência, inclusive eletrônica, com antecedência mínima de dois dias, devendo constar da convocação a indicação das matérias objetos de deliberação.

parágrafo primeiro: a presença de todos os componentes da Diretoria tornará dispensável a formalidade da convocação.

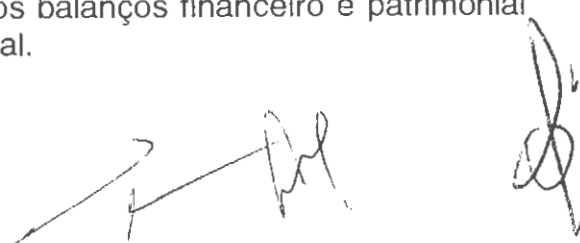
parágrafo segundo: as reuniões da Diretoria, por prévia e justificada decisão do Presidente, poderão realizar-se, também, por meio de videoconferência.

Artigo 32: As deliberações serão tomadas por maioria de votos, cabendo ao Presidente o voto de desempate, exercido na forma prevista no Artigo 26, parágrafo único.

Artigo 33: Das reuniões da Diretoria, secretariadas por integrante do quadro de funcionários do Rio 2016, serão lavradas as respectivas atas.

Artigo 34: Ao Presidente do Rio 2016 compete:

- a. exercer poderes gerais de administração e gerência, representando o Rio 2016, independentemente de caução, em Juízo ou fora dele, nomeando assessores e indicando as respectivas funções, contratar e demitir funcionários, constituindo procuradores, por instrumento público ou particular, conferindo poderes especiais, sempre por prazo determinado, salvo nas hipóteses dos poderes outorgados a Advogado para o foro em geral, quando o prazo do mandato será indeterminado;
- b. convocar a Assembleia Geral e presidi-la, proferindo, quando necessário, o voto de desempate, como previsto no Artigo 26, parágrafo único;
- c. convocar extraordinariamente o Conselho Fiscal;
- d. convocar e presidir as reuniões da Diretoria, do Conselho Executivo e do Conselho de Honra, com direito ao voto de desempate, quando for o caso, e exercido na forma prevista no parágrafo único, do Artigo 26, requisitando a presença de qualquer outro integrante do quadro de funcionários do Rio 2016, o qual participará das mesmas reuniões, prestando as informações e esclarecimentos que se façam necessários, sem direito a voto;
- e. apresentar à Assembleia Geral o relatório e o orçamento anuais, as contas do exercício anterior, acompanhadas dos balanços financeiro e patrimonial e o respectivo parecer do Conselho Fiscal.



Artigo 35: Ao Primeiro Vice-Presidente do Rio 2016 compete:

- a. colaborar com o Presidente no exercício de suas funções, substituindo-o nas ausências eventuais, em decorrência de viagens ou outros compromissos, em período não superior a cento e oitenta dias, exercendo iguais poderes e atribuições, nos exatos termos do Artigo 34.

Artigo 36: Na ausência do Presidente do Rio 2016, por qualquer motivo, por período superior a cento e oitenta dias, o Primeiro Vice-Presidente comunicará o dito fato ao Vice-Presidente do Comitê Olímpico Brasileiro para que este, na forma do estabelecido no parágrafo quarto, do Artigo 28, substitua o Presidente do Rio 2016.

parágrafo único: a substituição do Presidente do Rio 2016, na forma estabelecida no *caput* deste Artigo, perdurará enquanto necessário para que o Presidente volte a ter condições para o pleno exercício de seu mandato e, em se tornando definitivo o impedimento, a substituição obedecerá a regra do parágrafo quarto, do Artigo 28.

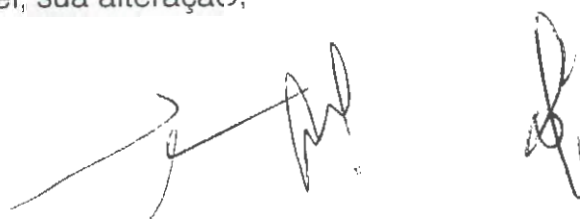
Capítulo IV Conselho Executivo

Artigo 37: O Conselho Executivo do Rio 2016, formado nos exatos termos do que dispõe a cláusula 2, do contrato denominado *Host City Contract*, referido no Artigo 1º, será integrado pelo Presidente do Rio 2016, pelos membros brasileiros, de qualquer categoria, integrantes do Comitê Olímpico Internacional, atualmente o Dr. Carlos Arthur Nuzman e o Dr. João Havelange, pelo Secretário Geral do Comitê Olímpico Brasileiro, ou pelo seu representante, indicado em substituição pelo Conselho Executivo do Comitê Olímpico Brasileiro, como previsto no parágrafo terceiro, do Artigo 28, por um representante do Comitê Paraolímpico Brasileiro indicado por seu Presidente, por um atleta olímpico indicado pelo Conselho Executivo do Comitê Olímpico Brasileiro, por um representante do Município do Rio de Janeiro, indicado pelo Sr. Prefeito do Município do Rio de Janeiro, por um representante do Estado do Rio de Janeiro, indicado pelo Sr. Governador do Estado do Rio de Janeiro e um representante do Ministério do Esporte, indicado pelo Sr. Ministro do Esporte, todos com mandato único, pelo prazo de duração do Rio 2016, previsto no Artigo 2º.

parágrafo único: os integrantes do Conselho Executivo poderão ser substituídos em qualquer tempo, mediante comunicação expressa ao Presidente por parte do órgão ou entidade que os indicou.

Artigo 38: Ao Conselho Executivo compete:

- a. verificar o cumprimento das regras estatutárias por parte dos órgãos deliberativos do Rio 2016 e submeter à Assembleia Geral proposta de adoção das medidas necessárias para que essas mesmas regras sejam observadas ou, quando entender cabível, sua alteração;



b. verificar o cumprimento, por parte dos órgãos deliberativos do Rio 2016, das normas estatutárias e regimentais das entidades e organismos mencionados no Artigo 1º, assim como das cláusulas e condições dos contratos denominados *Host City Contract* e *Joint Marketing Program Agreement*, referidos no mesmo Artigo 1º, submetendo à Assembleia Geral proposta de adoção das medidas necessárias para que essas mesmas normas e condições contratuais sejam observadas;

c. em sua primeira reunião, elaborar e aprovar o Regimento Interno.

Artigo 39: O Conselho Executivo reunir-se-á, ordinariamente, ao menos uma vez a cada cento e vinte dias, sendo atribuição do Presidente definir a pauta, o dia, a hora e o local das reuniões.

Artigo 40: O Conselho Executivo reunir-se-á, extraordinariamente, por iniciativa do Presidente ou por solicitação de qualquer de seus membros, cabendo a convocação, em qualquer dos casos, ao Presidente do Rio 2016.

Artigo 41: As convocações para as reuniões ordinárias ou extraordinárias do Conselho Executivo serão feitas mediante comunicação escrita, da qual constarão os assuntos em deliberação.

Artigo 42: O *quorum* para a instalação das reuniões do Conselho Executivo será o da maioria simples de seus integrantes e as decisões serão tomadas também por maioria simples de votos dos presentes, cabendo a cada membro um voto e o de desempate ao Presidente, segundo o Artigo 26, parágrafo único.

Artigo 43: Das reuniões do Conselho Executivo, secretariadas por integrante do quadro de funcionários do Rio 2016, serão lavradas as respectivas atas.

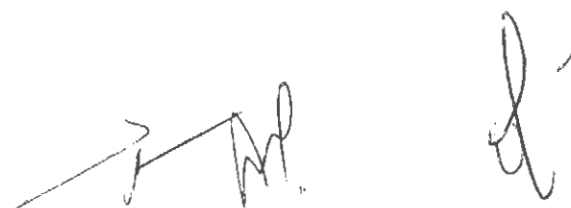
Capítulo V

Conselho Fiscal

Artigo 44: O Rio 2016 terá um Conselho Fiscal permanente, composto por um Presidente, dois Conselheiros e três Conselheiros suplentes, com mandato único, pelo prazo de duração do Rio 2016, previsto no Artigo 2º, eleitos pela Assembleia Geral, no ato da Constituição do Rio 2016.

parágrafo primeiro: o exercício da função de Conselheiro Fiscal é incompatível com qualquer outra função ou cargo no Rio 2016, nas entidades associadas e / ou em outras entidades desportivas.

parágrafo segundo: os Conselheiros efetivos eleitos, quando da primeira reunião do Conselho Fiscal, elegerão, entre seus integrantes, o Presidente, assim como elaborarão e aprovarão o Regimento Interno, do qual constará, obrigatoriamente, a aplicação subsidiária dos artigos 161 e 165 – A , da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.



Artigo 45: O Conselho Fiscal reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, quando convocado por seu Presidente ou pelo Presidente do Rio 2016.

Artigo 46: O Conselho Fiscal tem a competência determinada no artigo 163, seus incisos e parágrafos, da Lei de nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Capítulo VI Conselho de Honra

Artigo 47: O Rio 2016 formará um Conselho de Honra, sem funções deliberativas, destinado a assessorar o Presidente nas questões relativas ao funcionamento do Rio 2016 e na organização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016.

Artigo 48: O Conselho de Honra será presidido pelo Presidente do Rio 2016 e integrado por, no máximo, dezesseis Conselheiros, escolhidos e indicados pela Diretoria, com mandato único até a dissolução do Rio 2016.

parágrafo primeiro: na escolha dos integrantes do Conselho de Honra, a Diretoria do Rio 2016 deverá observar os critérios abaixo:

- a. idade mínima de trinta e cinco anos e reputação ilibada;
- b. notório reconhecimento pelos serviços prestados ao esporte e / ou ao país, seja pelo exercício de relevantes posições na administração pública, nos poderes executivo, legislativo ou judiciário, em qualquer de seus níveis e instâncias, inclusive em decorrência de mandatos eletivos, seja, também, pelo exercício meritório de atividades de cunho empresarial, científico, intelectual ou artístico.

parágrafo segundo: o Conselho de Honra reunir-se-á quando convocado pelo Presidente do Rio 2016 e, de suas reuniões, secretariadas por integrante do quadro de funcionários do Rio 2016, serão lavradas as respectivas atas.

TÍTULO V JOGOS PARAOLÍMPICOS

Capítulo único Organização

Artigo 49: Os Jogos Paraolímpicos no ano de 2016 serão organizados pelo Rio 2016, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, entre os dias 7 e 18 de setembro de 2016.

Artigo 50: A Diretoria do Rio 2016 estabelecerá as regras para organização dos Jogos Paraolímpicos, bem como indicará as providências necessárias para a operação do evento, observando-se, em tudo, o que dispõem o contrato denominado *Host City Contract* e as regras e determinações do Comitê Paraolímpico Internacional.

TÍTULO VI DISSOLUÇÃO

Capítulo único Regras Gerais

Artigo 51: O Rio 2016 será dissolvido na data de 31 de dezembro de 2.023, determinada no Artigo 2º como sendo o termo final de seu prazo de duração.

parágrafo primeiro: o termo final do prazo de duração do Rio 2016 poderá ser antecipado, mediante proposta do Presidente submetida ao exame e à deliberação da Assembleia Geral.

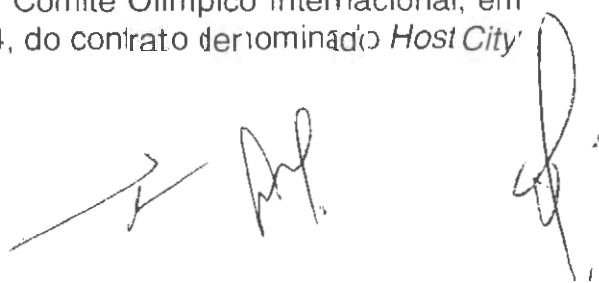
parágrafo segundo: o prazo de duração do Rio 2016 poderá ser prorrogado por períodos sucessivos de seis meses, mediante proposta do Presidente submetida ao exame e à deliberação da Assembleia Geral.

Artigo 52: Os haveres do associado Comitê Olímpico Brasileiro, titular da cota única, representativa da totalidade do patrimônio do Rio 2016, serão apurados mediante o levantamento de balanço especial encerrado em 31 de dezembro de 2.023 e pagos, de uma só vez, no prazo máximo de noventa dias, observando-se o que dispõe a cláusula 44, do contrato denominado *Host City Contract*, mencionado no Artigo 1º.

parágrafo primeiro: para os fins determinados no *caput* deste Artigo e como ajustado na mencionada cláusula 44, do contrato denominado *Host City Contract*, o balanço especial a ser levantado para o pagamento dos haveres do associado Comitê Olímpico Brasileiro obedecerá aos princípios contábeis adotados pelo Rio 2016 para verificação do total da eventual sobra, princípios esses a serem previamente aprovados pelo Comitê Olímpico Internacional.

parágrafo segundo: ainda para os fins previstos no *caput* deste Artigo e como ajustado na citada cláusula 44, do contrato denominado *Host City Contract*, o Presidente apresentará proposta para exame e deliberação da Diretoria, relativa à aplicação do percentual em Reais equivalente a sessenta por cento da eventual sobra de recursos financeiros resultante da organização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2.016, em tudo respeitados os princípios contábeis adotados pelo Rio 2016 com o objetivo de determinar a apuração do montante de eventual sobra, princípios esses previamente aprovados pelo Comitê Olímpico Internacional.

parágrafo terceiro: o percentual de quarenta por cento, destinado, em partes iguais de vinte por cento, ao associado Comitê Olímpico Brasileiro e ao Comitê Olímpico Internacional, tudo como ajustado no mesmo contrato denominado *Host City Contract*, será apurado de acordo com as regras contábeis adotadas pelo Rio 2016, previamente aprovadas pelo Comitê Olímpico Internacional, em obediência ao previsto na citada cláusula 44, do contrato denominado *Host City Contract*.



parágrafo quarto: nos termos do artigo 61, do Código Civil, o remanescente do patrimônio será destinado ao Comitê Olímpico Brasileiro.

TÍTULO VII SOLUÇÃO DE CONFLITOS

Capítulo único Arbitramento

Artigo 53: Qualquer controvérsia, ou disputa, entre os associados, ou destes com o Rio 2016, ou do próprio Rio 2016 com os membros integrantes de seus órgãos deliberativos, e vice-versa, será dirimida, nos termos do que dispõe a Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, pela Corte Arbitral para o Esporte, estabelecida na cidade de Lausanne, Suíça, e de acordo com regras internas desta mesma Corte Arbitral.

Artigo 54: A lei aplicável para solução dos conflitos será a Lei da República Federativa do Brasil e o arbitramento será realizado no Foro da cidade do Rio de Janeiro.

Artigo 55: As medidas urgentes, indispensáveis para resguardar os direitos do Rio 2016 e / ou de seus associados poderão ser postuladas perante o Poder Judiciário, no Foro da Comarca central da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, antes do início do arbitramento ou durante o seu processamento.

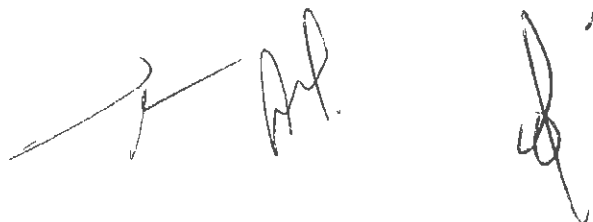
TÍTULO VIII DISPOSIÇÕES GERAIS

Capítulo único Símbolos, marcas, diplomas, medalhas e idioma

Artigo 56: O Rio 2016 adotará os seus próprios símbolos e bandeiras, selos, escudos e marcas, relacionados e inspirados nos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, para utilização em todos os eventos que organizar e participar, desportivos ou não, submetendo-os à aprovação do Comitê Olímpico Internacional e do Comitê Paraolímpico Internacional, registrando-os, para integral proteção, nos termos da legislação aplicável dos órgãos competentes.

Artigo 57: O Rio 2016, por proposta de seu Presidente, submetida ao prévio exame e deliberação da Assembleia Geral, poderá conferir medalhas, diplomas, títulos honoríficos e menções honrosas a pessoas físicas ou jurídicas, que se destaquem em atividades relacionadas, direta ou indiretamente, aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016.

Artigo 58: Este estatuto será vertido para os idiomas francês e inglês, ou para qualquer outro, sempre pela forma juramentada, em quantas vias ou certidões necessárias.



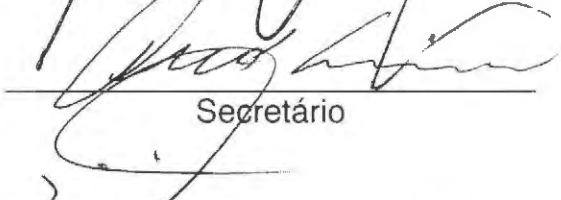
parágrafo único: a versão em português deste estatuto será a versão oficial e a única a ser utilizada para interpretação de seus termos, cláusulas e condições.

Artigo 59: As cláusulas e condições deste estatuto e de suas eventuais alterações posteriores serão, sempre, nos termos da cláusula 2, do contrato denominado *Host City Contract*, referido no Artigo 1º, submetidos à prévia aprovação do Comitê Olímpico Internacional.

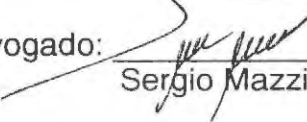
Artigo 60: A Diretoria do Rio 2016, uma vez regularmente constituída a associação, como disposto no artigo 45, do Código Civil, adotará as providências que se façam necessárias para intervir no contrato denominado *Host City Contract*, mencionado no Artigo 1º, aderindo às suas cláusulas e condições.

Rio de Janeiro, 9 de março de 2010.


Presidente


Secretário

Visto do Advogado:


Sergio Mazzillo OAB/RJ 25.538

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS

Comarca da Capital do Rio de Janeiro
Av. Presidente Wilson, nº 164 sobreloja 103

CERTIFICO O REGISTRO SOB NÚMERO, NOME, PROTOCOLO E DATA ABAIXO.
239943 - COMITÊ ORGANIZADOR DOS JOGOS OLÍMPICOS RIO 2016

201003241610374
URJ12035

08/04/2010
Emol: 153,70 Adic: 26,74


O Oficial

